

## A ATUAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA À LUZ DO ODS 4<sup>1</sup>

**Melissa Welter Vargas<sup>2</sup>**  
**Magalia Gloger dos Santos Almeida<sup>3</sup>**  
**Aline Prestes Roque<sup>4</sup>**  
**Maicon Rafael Hammes<sup>5</sup>**  
**Nelson José Thesing<sup>6</sup>**  
**Argemiro Luís Brum<sup>7</sup>**

### RESUMO

O artigo analisa o funcionamento do Instituto Federal Farroupilha à luz do Objetivo 4 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030. Utilizando revisão de literatura e análise documental, examina a educação inclusiva de qualidade como direito social, destacando a necessidade de financiamento e compromisso do Estado. Apesar da redução orçamentária, a instituição se manteve ativa e comprometida com todos os níveis educacionais, alinhando-se com as metas do ODS 4, apesar de estratégias governamentais recentes não priorizarem a educação.

**Palavras-chave:** Educação Técnica, Tecnológica e Superior; Institutos Federais de Educação; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

### ABSTRACT

The article analyzes the functioning of the Farroupilha Federal Institute in the light of Goal 4 of the Sustainable Development Goals (SDGs) 2030. Using literature review and documentary analysis, it examines quality inclusive education as a social right, highlighting the need for funding and commitment from the State. Despite the budget reduction, the institution remained active and committed to all educational levels, aligning with the goals of SDG 4, despite recent government strategies not prioritizing education.

**Keywords:** Technical, Technological and Higher Education; Federal Institutes of Education; Sustainable Development Goals (SDGs).

<sup>1</sup> Artigo elaborado a partir de estudos e levantamentos para composição de tese de doutoramento de autores.

<sup>2</sup> Bolsista PROCUS-CAPES, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ.

<sup>3</sup> Bolsista PROCUS-CAPES, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ.

<sup>4</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

<sup>5</sup> Bolsista PROCUS-CAPES, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ.

<sup>6</sup> Docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ.

<sup>7</sup> Docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ.

## 1. INTRODUÇÃO

Desde a introdução do termo “desenvolvimento sustentável” como uma prioridade mundial, em 1980, na Estratégia Mundial de Conservação (Herman, 1989), o desenvolvimento sustentável tem sido uma meta global da humanidade. A transformação gradual na vinculação do desenvolvimento sustentável com aspectos sociais, econômicos, jurídicos e outros, levou à compreensão de que o desenvolvimento sustentável se constitui num problema complexo, interdisciplinar e intersetorial (Akkari, 2017). Por isso, a definição da Agenda 2030, em 2015, objetivou o alcance do desenvolvimento sustentável, por meio da erradicação da pobreza, a proteção do planeta e a promoção da qualidade de vida entre as pessoas.

Por um longo período na história do desenvolvimento brasileiro, refletindo as desigualdades presentes no contexto social e econômico do país, principalmente as duas décadas finais do séc. XX, o ensino superior esteve restrito a alguns segmentos sociais específicos. A promulgação da Constituição Federal de 1988, em que passaram a constar direitos sociais, tal como a educação, marcou o princípio de um período de maiores possibilidades de transformação social.

A educação é uma das políticas públicas que ocupa um objetivo específico na Agenda 2030, devendo constar entre as prioridades das agendas governamentais. A educação é considerada um instrumento fundamental para a realização de todos, cuja qualidade pode variar a depender de fatores sociais e políticos em âmbito territorial e temporal de cada Estado (Romero; Careaga, 2017; Caro, 2021).

Este trabalho, tendo como pano de fundo a ampliação e a materialização de Institutos Federais de Educação no Brasil, buscando compreendê-la enquanto iniciativa que corrobora as metas do quarto ODS, a partir de estudo dos dados do Instituto Federal Farroupilha - IFFar. O estudo recorre à revisão de literatura com aporte de pesquisa documental, exploratória e descritiva. Além desta introdução o artigo está estruturado em cinco partes: 2) Metodologia; 3) Ensino público no Brasil: desafios para a promoção de uma educação de qualidade; 4) Apresentação e discussão dos resultados e 5) Considerações finais.

## 2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, de cunho bibliográfico e documental. Os dados secundários foram coletados em plataforma do Ministério da Educação e Cultura e em relatórios institucionais, disponíveis no sítio do Instituto Federal Farroupilha.

Para o acesso às informações corretas foram realizados alguns contatos com servidores públicos lotados no IFFar, via e-mail, no sentido de consultar as fontes adequadas. Além disso, na referida plataforma do MEC, foram aplicados filtros a fim de delimitar dados referentes à Instituição pesquisada, bem como aos períodos que se desejava consultar.

Os dados coletados foram analisados a partir de alguns eixos/ categorias teóricas, que emergiram do próprio ODS 4, conforme mostra a figura 1:

Figura 1 - Definição de eixos teóricos para coleta dos dados

Eixo	Categoria derivado (a)			
Inclusão	Gênero	Renda	Etnia	
Equidade	Acesso (Enem, vestibular, cotas)		Permanência (Benefícios AE)	
Qualidade	Corpo docente (qualificação, relação aluno x professor)	Corpo Técnico (qualificação)	Produção Acadêmica e científica ( extensão, pesquisa, eventos e publicações)	Avaliação intitucional

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no ODS 4 (IPEA, 2023).

Os dados foram classificados a partir dessas categorias, para as quais se buscou verificar os dados disponíveis nos Relatórios Institucionais e na Plataforma Nilo Peçanha. Passa-se, então, a apresentação e discussão dos resultados.

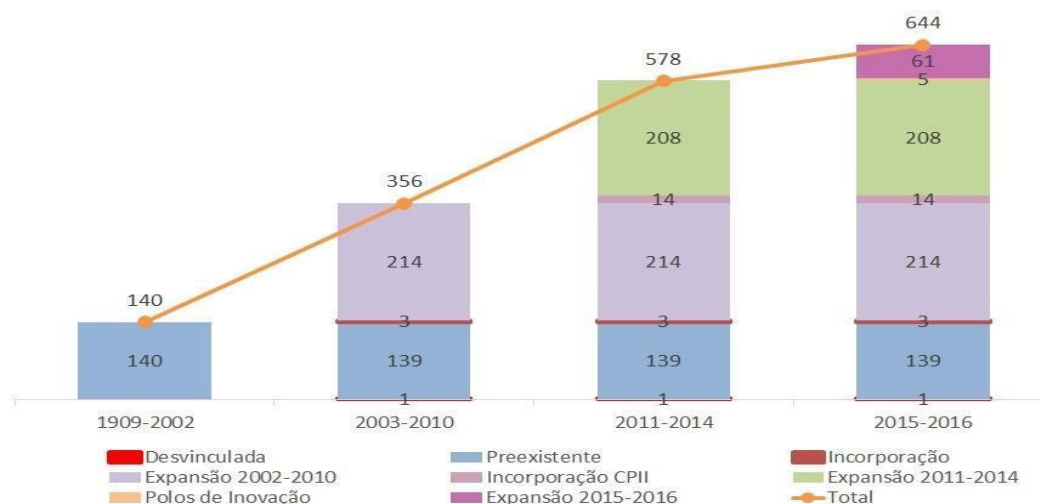
## 3. A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TÉCNICA E TECNOLÓGICA NO BRASIL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Conforme demonstra o documento analítico que aborda a revogação do Decreto 5.154/2004 e o redirecionamento das políticas federais de educação profissional e tecnológica. Inicialmente, houve retomada dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e posteriormente a expansão da rede federal, que anteriormente contava com 140 unidades,

incluindo centros de educação tecnológica, universidade tecnológica, escolas agrotécnicas e outras. A reconfiguração resultou na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) pela Lei 11.892/2008. A gestão do ensino médio passou à Secretaria de Educação Básica e foi estabelecida a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

A Rede Federal de Educação Profissional Técnica, Científica e Tecnológica cresceu de 140 para 661 unidades em todo o país, oferecendo diversos níveis de ensino e cursos, como parte do projeto de expansão e interiorização do ensino superior. Isso é ilustrado pelo gráfico 1, que traça a evolução da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de 1909 a 2016.

Gráfico 1: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do Ministério da Educação – MEC (2023a).

Quando analisado o gráfico 1, percebe-se que a rede federal de 1909 a 2002 manteve-se com o mesmo número de instituições (140). Já com a política de expansão que entrou em vigor a partir de 2003, ocorreu uma grande evolução positiva de 360%, até 2016. Na primeira etapa analisada (1909-2002) para a segunda etapa de (2003-2010), houve um crescimento de 154,29%.

O crescimento da rede federal de educação teve foco nos princípios da democratização e da inclusão, em prol da contribuição para o desenvolvimento e a diminuição das desigualdades regionais. Sendo a educação um direito previsto em lei, todo cidadão deveria ter adequadas oportunidades de acesso à educação de qualidade, em todos os níveis.

### 3.1 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: a educação como um objetivo

A declaração de Incheon<sup>8</sup>, criada em maio de 2015, teve como objetivo a formação de uma agenda internacional comum entre os países do Norte e do Sul, pois as agendas 1990-2000 e 2000-2015 estavam centradas principalmente nos países do Sul e, especialmente, na educação básica (UNESCO, 2016). Nesse contexto, o mundo encontra-se pela primeira vez sobre uma mesma agenda internacional de educação. Acredita-se que uma agenda comum abre as portas para mais parcerias e diferentes pontos de vista sobre a educação e a formação, especialmente na perspectiva da sua qualificação e da necessária oportunidade de amplo acesso (Akkari, 2017).

Aprovada em 2015, a Agenda 2030, que representa um guia de ação estratégica para o alcance do desenvolvimento social, econômico e ambiental, reúne 17 objetivos, com 169 metas, tendo a igualdade e a dignidade das pessoas como centro do processo de desenvolvimento. Os objetivos presentes na Agenda 2030 são todos relacionados à perspectiva da indivisibilidade dos direitos humanos, ou seja, nenhum direito pode ser integralmente garantido sem que os demais também estejam devidamente atendidos (IPEA, 2018).

A defesa do direito à educação de qualidade, em todos os seus níveis, para todos os cidadãos, coloca esta política pública no cerne da estruturação dos planos para o atingimento dos Objetivos Mundiais para o Desenvolvimento Sustentável. A educação está, mais especificamente, disposta no ODS 4, a partir do qual este trabalho enfatiza as metas 4.3, 4.4, 4.5, que possuem relação com o presente estudo e podem ser observadas no quadro 1.

Quadro 1 - Metas ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Meta	Nações Unidas	Brasil
Meta 4.3	Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidades.	Até 2030, assegurar a <b>equidade (gênero, raça, renda, território e outros) de acesso e permanência</b> à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis.

<sup>8</sup> Documento resultante do Fórum Mundial da Educação de 2015, organizado pela UNESCO juntamente com outras organizações parceiras, visando estabelecer uma nova visão para a educação para os 15 anos seguintes.

Meta 4.4	Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	Até 2030, <b>aumentar substancialmente o número</b> de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
Meta 4.5	Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a <b>equidade de acesso, permanência e êxito</b> em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os <b>grupos em situação de vulnerabilidade</b> , sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (IPEA, 2023).

Nota: os destaques em negrito, demonstram as categorias elencadas para a análise neste artigo.

Como é possível identificar no quadro 1, o Objetivo 4 dos ODS, trouxe ênfase renovada na educação de qualidade e, com isso, incitou 'esforços coletivos' de todas as partes interessadas para a sua realização (UNESCO, 2016). Enfatizando que a educação desempenha um papel crucial na interligação entre o progresso global e as políticas de âmbito local, especialmente nas comunidades remotas, junto às populações desfavorecidas ou em situação de risco. Nesse contexto, fica evidente a relevância da educação nos territórios de abrangência dos Institutos Federais de Educação e na missão destas instituições, que afirmam o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, por meio de ações que promovam a inclusão social.

#### 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa realizada, a fim de analisar se as iniciativas de expansão da Educação Profissional, Técnica e Tecnológica brasileira, nesse caso ilustradas pelas ações do IFFar, estão, de fato, sendo implementadas no sentido do que preconiza o ODS 4, da Agenda 2030, da efetiva garantia de educação igualitária, equitativa e de qualidade a todos, em todos os níveis de ensino. Para isso, a seção inicia apresentando o *lôcus* da pesquisa, o IFFar e, na sequência, traz-se alguns dados da sua implementação, que vão sendo discutidos no decorrer da exposição.

#### 4.1 Instituto Federal Farroupilha - IFFar

A Lei nº 11.892/2008 estabelece os Institutos Federais como autarquias com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, oferecendo educação superior, básica e profissional em diversos campi. Essas instituições são especializadas em educação profissional e tecnológica, combinando conhecimentos técnicos e tecnológicos com práticas pedagógicas, equiparando-se a universidades tecnológicas para fins regulatórios.

O IFFar foi fundado em 29 de dezembro de 2008, em conformidade com a Lei nº 11.892, iniciando suas atividades no Farroupilha em 2009. Nesse mesmo ano, a Reitoria da Instituição foi estabelecida em Santa Maria (IFFar, 2014). O IFFar é composto por várias unidades administrativas, incluindo campi em Alegrete, Jaguari, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Augusto, São Borja, São Vicente do Sul, além do campus Avançado Uruguaiana, Polos de Educação à Distância, o Centro de Referência e o Colégio Agrícola de Frederico Westphalen – CAFW.

Em relação aos processos de gestão, o Instituto tem gerenciamento orçamentário misto, organizado com algumas ações centralizadas e outras descentralizadas. Com relação ao orçamento, o quadro 2 demonstra a evolução orçamentária da instituição, no intervalo entre 2011 e 2021.

Quadro 2: evolução do orçamento total do Instituto Federal Farroupilha no período de 2008-2021 em milhões de reais

Ano	Recurso (R\$)	Ampliação* (%)	Alunos matriculados	Ampliação* (%)
2011	2.035.559,00	236,95	5.207	1,56
2012	2.261.556,00	11,10	7.335	40,87
2013	4.780.134,00	111,36	9.274	26,43
2014	6.454.340,00	35,02	12.994	40,11
2015	8.021.867,00	24,29	12.098	-6,90
2016	10.785.516,00	34,45	12.599	4,14
2017	11.622.546,00	7,76	11.526	-8,55
2018	11.431.578,00	-1,64	11.203	-2,80

<b>2019</b>	13.469.650,00	17,83	12.307	9,85
<b>2020</b>	7.711.739,00	-42,75	12.371	0,52
<b>2021</b>	4.913.271,00	-36,29	12.650	2,26

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados de Relatórios Institucionais, fornecidos por servidores, por e-mail (IFFar, 2023).

\* Em relação ao ano anterior.

Ao analisar o gasto orçamentário de 2011 a 2021, nota-se uma expansão significativa em 2011 (mais de 200% em relação a 2010, que foi de R\$604.107,00), seguida por uma queda em 2020/2021. Nesse contexto, os desafios institucionais, incluindo o atendimento aos níveis médio, técnico e superior, devem ser considerados, especialmente no contexto de ensino, pesquisa e extensão. É importante destacar que a pandemia levou a atividades não presenciais, decorrentes em economia e permitindo o pagamento de todas as despesas da instituição.

Para Neto; Nez (2021) no período de 2004 a 2015, houve um *plus* educacional, ou seja, a educação ocupou posição central nas políticas de desenvolvimento do Brasil, que se inseriu em um mundo global pelo viés social, somando-se ao político, ao econômico e ao cultural. Contudo, esses investimentos não foram lineares e, com isso, os resultados esperados de uma educação de qualidade, também oscilaram (e oscilam) bastante.

#### **4.2 Dos dados acadêmicos do Instituto Federal Farroupilha**

No que se refere ao número de matriculados no IFFar, houve um crescimento constante até 2014, seguido por uma estabilidade com pequenas flutuações, mantendo uma trajetória ascendente. Esses números refletem a tendência nacional de matrículas na educação tecnológica, onde a rede pública representa apenas 10,5%, com cerca de 90% dos alunos em cursos presenciais, diferindo da dinâmica nacional, onde o ensino a distância (EaD) supera o presencial (Brasil, 2021).

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep e do Ministério da Educação – MEC, a educação superior brasileira continua a crescer em matrículas, ingressos e formandos, mesmo durante a pandemia de COVID-19 em 2020, um cenário semelhante ao observado no IFFar (Brasil, 2023b).

O número de alunos matriculados pelo IFFar iniciou com 933 em 2018. A quantidade foi crescendo até 2014, quando foram 12.994. Desde então o número mantém estabilidade, com matrículas próximas a 12.000 sofrendo pequenas variações (IFFar, 2023).

Assim como as taxas de matrículas, também as taxas de conclusão de curso têm aumentado nas instituições da rede pública federal de educação. No IFFar, as taxas de conclusão tiveram leve ampliação entre 2017 e 2022 (23,02% e 23,71%, respectivamente). Com isso, as taxas de eficiência acadêmica passaram de 44,1% em 2017, para 66,5% em 2022, o que pode ser um indicativo da qualidade do ensino prestado e do comprometimento institucional com a efetiva garantia do direito à educação.

Contudo, o fator negativo é que as taxas de evasão têm aumentado e as de permanência diminuído fortemente desde 2016 até 2021. A taxa de evasão no IFFar passou de 19,12% (em 2017) para 21,46% dos matriculados (em 2022). Esses dados revelam que, apesar de avançar nos dados de conclusão, ainda há muitas pessoas que, apesar de acessar o ensino superior, estão desistindo dos estudos (grande parte em razão da necessidade de trabalhar).

A realidade dos estudantes nas instituições públicas de ensino superior, técnico e tecnológico é abordada em várias questões. A presença histórica de alunos de famílias financeiramente favorecidas tem mudado nos últimos anos, especialmente após a expansão das instituições e democratização do acesso por meio de diversas formas de ingresso e investimentos em assistência estudantil, promovendo a alteração do perfil de alunado, ocorrendo o ingresso de alunos de diversas classes sociais, etnias, cores, etc.

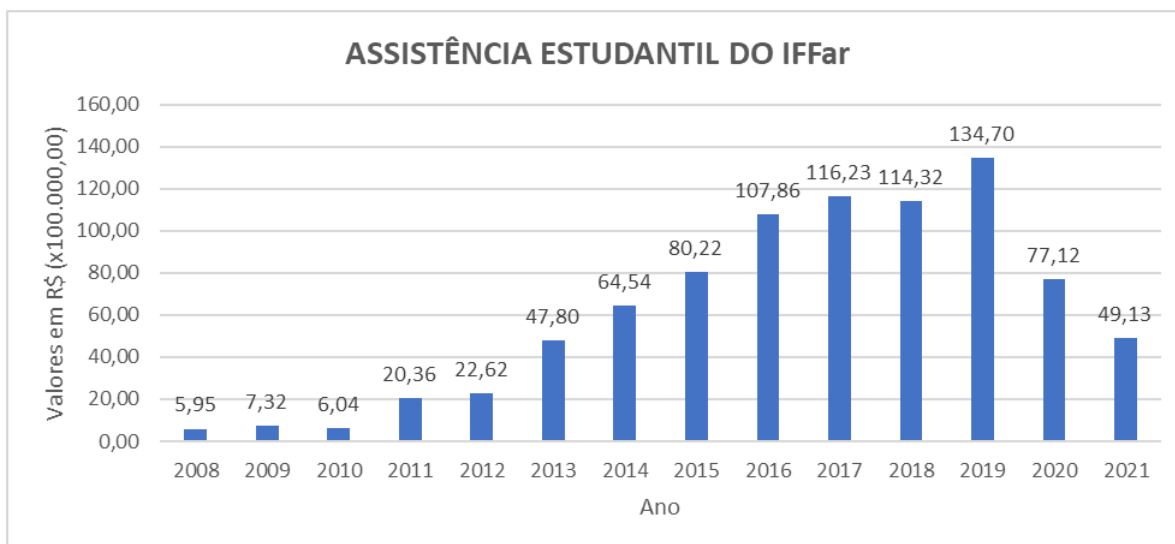
A emergência de ampliação ao acesso à educação fica evidente nas metas destinadas à educação, da Agenda 2030, principalmente na meta 4.5, que busca eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis (IPEA, 2018). Nesse sentido, entre os anos de 2017 e 2022, com relação ao percentual de matriculados no IFFar que declararam gênero, verifica-se a predominância do gênero feminino sobre o masculino (exceto no ano de 2018). Esse dado, quando analisado o contexto da região sul do Brasil, reflete cenário distinto, em que, em 2017, predominavam os homens (com idades entre 15 e 19 anos) e, já em 2022, o gênero feminino passou a ser maioria (58,95%) com idades entre 20 e 24 anos (Brasil, 2023b).

Quando se faz a relação do gênero com a raça/etnia, verifica-se que, entre os indígenas, têm predominado a presença masculina na Instituição. Nas demais classificações raciais, entre os que as declararam, verificam-se percentuais muito semelhantes entre o gênero masculino e feminino (Brasil, 2023b). Analisados os dados do conjunto das instituições da região sul do Brasil, em 2017 a maioria dos alunos matriculados não declarava raça/etnia (49,87%), seguidos dos autodeclarados brancos (40,14%). Em 2022, a maioria dos declarantes é da cor branca (44,66%), somente 19,97% dos matriculados não declararam raça/etnia, seguidos de 26,25% de pardos e de 7,79% de auto declarados de cor preta (Brasil, 2023b).

No que se refere à renda familiar per capita, dos alunos do IFFar, entre os anos de 2018 (primeiro ano com dados disponíveis) e 2022, verifica-se que a faixa de renda predominante varia entre zero e meio salário mínimo de renda familiar per capita mensal. Esse dado revela a extrema vulnerabilidade socioeconômica de cerca de 20% dos alunos matriculados na Instituição, reforçando a necessidade de políticas de assistência aos estudantes, a exemplo do que preconiza o Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES). Segundo informações coletadas na Plataforma Nilo Peçanha, em 2018, 44,42% dos matriculados nas instituições da região sul do país, não declararam sua renda familiar; 14,48% declararam renda familiar per capita entre 0,5 e 1 salário mínimo. O percentual de alunos que declararam renda familiar per capita entre 0 (zero) e 0,5 (meio) salário mínimo era de 10,39%. Já em 2022, o percentual de matriculados não declarantes caiu para 28,44%; predominaram os declarantes na faixa entre 1 (um) e 1,5 (um e meio) salários mínimos de renda familiar per capita (17,26%). Contudo, destaca-se o aumento dos declarantes na faixa de 0 (zero) a 0,5 (meio) salário mínimo, que passou para 14,16% nesse período (Brasil, 2023).

A diversificação do perfil dos alunos levou à necessidade de adaptação dos recursos e métodos de atendimento estudantil. Assim, as instituições, incluindo o IFFar, intensificaram esforços para fornecer assistência ampla, inclusiva e acessível aos alunos do ensino superior, técnico e tecnológico. O gráfico 2 ilustra a evolução do orçamento destinado à assistência estudantil no Instituto Federal Farroupilha desde sua fundação em 2008.

Gráfico 2 - Evolução recurso de assistência aos estudantes IFFar, entre os anos de 2008 e 2021



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do Instituto Federal Farroupilha (IFFar, 2022).

Pode-se verificar que o recurso destinado especificamente para prestação de assistência aos estudantes da instituição manteve-se em constante ampliação entre 2008 e 2017, sofrendo leve redução em 2018. Em 2019 verifica-se a recomposição, mas em 2020 e 2021, percebe-se drástica redução. Este cenário orçamentário se contrapõe aos demonstrativos acerca do perfil de alunos da instituição, em que se verifica a intensa presença de alunos de classes C, D e E (beneficiários em potencial da política de assistência estudantil, uma vez que esta apresenta como critério principal para o seu acesso, renda familiar mensal per capita de até 1,5 salário-mínimo, estando, portanto, aí incluídos, todos os alunos das referidas classes sociais).

As taxas de permanência acadêmica sofreram queda, uma vez que as políticas de assistência para a permanência dos estudantes, aparentemente não estão dando conta da realidade que se apresenta no contexto das instituições públicas federais, seja pela ampliação da demanda e/ou pela redução dos investimentos na área. Quando comparada a evolução do número de alunos matriculados e o recurso destinado à política assistencial, esse descompasso orçamentário fica evidente. Conforme se verifica nos dados apresentados, o número de discentes matriculados aumentou em mais de 1300% entre os anos de 2008 e 2021. Já o valor do recurso destinado à assistência, além de ter sofrido diversas oscilações que não acompanharam o cenário evolutivo das matrículas, se comparado de forma simples e direta entre os anos de 2008 e 2021, teve ampliação de pouco mais de 800%. Além disso, é

necessário considerar o adensamento das questões de desigualdade e vulnerabilidade social ocasionadas como consequências da pandemia da covid-19 e que, obviamente, refletiram nas condições de permanência dos alunos das instituições de educação, ampliando o escopo de necessidades a serem atendidas pelas ações assistenciais.

No tocante à qualidade do ensino ofertado, é importante destacar a qualificação do quadro docente do IFFar em 2022, no qual entre 1.541 docentes, 407 são doutores, 391 são mestres, 27 especialistas e, somente 26 contavam somente com a graduação. O Índice de Titulação do Corpo Docente, subiu de 4,2 (em 2017) para 4,5 (em 2022). Entre os TAEs, de um total de 690 servidores, em todos os campi da instituição, 38 têm doutorado completo, 231 são mestres, 238 especialistas e 125 possuem graduação (os demais, 58, possuem educação básica/aperfeiçoamento) (Brasil, 2023b).

O compromisso com a transformação social, no âmbito das regiões em que estão presentes os campi do IFFar, expresso nos documentos institucionais, se reflete nos registros das iniciativas concretas, efetivadas por meios de projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, assim como processos de estágio curricular, produção acadêmica e, obviamente, pelas atividades de ensino, propriamente ditas. Pelo Relatório de Gestão do IFFar, do ano de 2022, verificou-se que o Instituto tem como meta anual, aumentar em 5% o número de ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação, atingindo cada vez mais alunos e comunidade externa por meio destas iniciativas.

Assim, com relação aos projetos executados no âmbito dos campi do IFFar, em 2022 foram registrados 105 projetos de pesquisa (científicos) com foco no desenvolvimento local e regional; 154 alunos integrantes de projetos de pesquisa (científicos) com foco no desenvolvimento local e regional; 15 projetos de pesquisa (tecnológicos) com foco no desenvolvimento local e regional; 22 alunos integrantes de projetos de pesquisa (tecnológicos) com foco no desenvolvimento local e regional; 459 projetos de extensão; 757 alunos integrantes de projetos de extensão; 451 docentes integrantes de projetos de extensão; 78.271 pessoas da comunidade externa atingidas pelos projetos executados (IFFar, 2022).

Se estruturas que reforçam privilégios persistirem, as desigualdades não reduzirão e, com isso, a educação não chegará a todos, mesmo com múltiplas políticas do Estado. Frigotto (2011, p. 244) expõe que “há diferenças no que tange à abrangência das políticas, aos grupos sociais atendidos e ao financiamento posto em prática”. Segundo o autor, o Estado segmenta

os esforços em políticas focais que mitigam os efeitos, mas que não buscam resolver suas causas. Há grande preocupação com os processos de avaliação de resultados definidos pelo produtivismo e a sua filosofia mercantil (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012).

Na perspectiva do que preconiza a Agenda 2030, o conhecimento e a formação profissional constituem ferramentas importantes para o desenvolvimento do espírito crítico e propositivo que se espera de um cidadão atuante e empenhado nos processos de desenvolvimento, em qualquer nível ou escala. Para tanto, se faz necessário colocar a educação no patamar dos direitos sociais efetivamente garantidos com qualidade, assim como planejado nas metas do ODS 4.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A herança educacional do Brasil carrega um atraso evidente, exigindo esforços para democratizar o acesso, especialmente para os menos privilegiados. A história da educação nacional é marcada por reformas que, frequentemente, acarretaram a descontinuidade e atrasos no reconhecimento de sua condição de direito social.

A situação atual e a evolução das reformas educacionais refletem que a busca por qualidade, metas e abordagens de aprimoramento estão abordadas com questões nacionais e agendas globais. Para coordenar melhorias, é crucial estabelecer uma visão compartilhada de educação de qualidade no Brasil, localizada às metas de acesso global.

Dentro do contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e do papel dos Institutos Federais de Educação (IFs), a análise dos dados do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) busca destacar a importância dessas instituições nas metas do ODS 4: garantir acesso inclusivo e de qualidade, atendimento disparidades sociais e felicidade pela falta de educação.

Enfrentar desigualdades exige lidar com racismo, disparidades de gênero e superar a pobreza. A distribuição justa de oportunidades é fundamental para evitar desigualdades, especialmente no acesso à educação e inclusão de grupos marginalizados. As dificuldades, por parte do Estado, em alcançar áreas remotas agravam esse problema.

Na perspectiva de transformar esta realidade, é possível identificar por meio da análise dos dados do IFFar que ocorre a diversificação dos meios de acesso e promoção de benefícios voltados à permanência no ambiente escolar/acadêmico, por meio de ações

institucionais que visam assistir alunos em situação de vulnerabilidade social, alunos com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem, etc.

Os dados identificando a diversificação do perfil dos matriculados, demonstram a inserção de segmentos antes alijados do acesso a estes espaços educacionais. Além disso, a alocação de campus em municípios de pequeno e médio porte, distantes do centro do estado, demonstram a intenção (manifesta nos documentos balizadores da gestão institucional) de contribuir com o desenvolvimento destas regiões, interiorizando a oferta de vagas em ambiente de formação e capacitação profissional.

Há um longo caminho a ser percorrido pelo Brasil para que a educação, de fato, represente um direito garantido que, por assim ser, proporcione reais condições de participação, de inserção em movimentos sociais, culturais e/ou políticos e, com isso, propicie capacidade concreta de transformação social. No entanto, compreende-se que, a exemplo da experiência do IFFar (e das demais instituições da região sul do Brasil, cujos dados foram também aqui parcialmente mencionados), os IFs têm atuado de forma comprometida com a formação de profissionais que possam contribuir para um mundo mais sustentável e justo, a partir da promoção de educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKKARI, A. A agenda internacional para educação 2030: consenso “frágil” ou instrumento de mobilização dos atores da educação no século XXI? **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 17, n. 53, p. 937–958, 2017. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.17.053.AO11>.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 145, nº 253, p. 1-3, 30 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – MEC. **Censo da Educação Superior**, 2021. Disponível em

<[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2021/apresentacao\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf)>. Acesso em 04 de agosto de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – MEC. **Expansão da Rede Federal**, 2023a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em 22 de julho de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – MEC. **Plataforma Nilo Peçanha**, 2023b.

Disponível em

<<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDhkNGNiYzgtMj00My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWM1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDhmZiJ9>>. Acesso em 18 de julho de 2023.

CARO, M. D. M (2021). Educación, gobierno abierto y progreso: los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) en el ámbito educativo. Una visión crítica de la LOMLOE. **Revista de Educación y Derecho**, (23). DOI: <https://doi.org/10.1344/REYD2021.23.34443>.

FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, 16 (46). Abr/2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000100013>.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Orgs.) **Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

HERMAN, D. E. **Economía, tecnología y ética: Ensayos hacia una economía en estado estacionario**. México: Fondo de cultura económica, 1989.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - IFFar. **PDI 2014-2018**. (2014). Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-do-pdi/item/8369-plano-de-desenvolvimento-institucional-2014-2018>>. Acesso em 23 de abril de 2023.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - IFFar. **Relatório de Gestão**. 2022. Disponível em <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Relatorio\\_Anuual\\_de\\_Gesto\\_IFFar\\_-\\_2022.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Relatorio_Anuual_de_Gesto_IFFar_-_2022.pdf)>. Acesso em 26 de julho de 2023.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - IFFar. **Documentos Institucionais - Relatórios de Gestão**. (2023). Disponíveis em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar#relat%C3%B3rios-de-gest%C3%A3o>. Acesso em 25 de julho de 2023.

IPEA, **Relatório do Ipea avalia avanços e desafios na implementação da Agenda 2030**. 2018. Disponível em:

<https://ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/2630-relatorio-do-ipea-avali-a-avancos-e-desafios-na-implementacao-da-agenda-2030?highlight=WyJhZ2VuZGEiLCInYWdlbmRhIiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDhmZiJ9>

Acesso em 13 de julho de 2023.

NETO, O. F. C.; NEZ, E. de. (2021). Governos Lula, Dilma e Bolsonaro: as políticas públicas educacionais seus avanços, reveses e perspectivas. **Revista Interação**, Curitiba, jul./set. 2021, v. 21, n. 3, p. 121-144. DOI: 10.53660/inter-117-s201.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Declaração de Incheon: rumo a uma educação de qualidade**,

inclusiva e equitativa e a educação ao longo da vida para todos. Brasília, 2016. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137_por). Acesso em 08 de julho de 2023.

ROMERO, A. G.; CAREAGA, S. A. (2017). El papel de la universidad y la Cooperación Universitaria al Desarrollo en el nuevo escenario de la Agenda 2030. **Revista Española de Desarrollo y Cooperación**, 41, 13-24. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/REDC/article/view/85948>>. Acesso em 13 de março de 2023.